JORGE EUSTÁCIO DA SILVA FRIAS

ENSAIO SOBRE A SENTENÇA E SUA INTERPRETAÇÃO

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Dr. Antônio Carlos Marcato

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2014

JORGE EUSTÁCIO DA SILVA FRIAS

ENSAIO SOBRE A SENTENÇA E SUA INTERPRETAÇÃO

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Dr. Antônio Carlos Marcato.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

**São Paulo-SP
2014**

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Frias, Jorge Eustácio da Silva
F944e Ensaio sobre a sentença e sua interpretação / Jorge
Eustácio da Silva Frias. - - São Paulo: USP / Faculdade de
Direito, 2015.
356 f.

Orientador: Prof. Associado Dr. Antônio Carlos Marcato
Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, USP,
Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito Processual, 2014.

1. Direito Processual Civil. 2. Sentença Civil. 3. Sentença
Judicial. 4. Acórdão. 5. Interpretação da Sentença. I. Marcato,
Antônio Carlos. II. Título.

CDU

Dedicatória

A meus pais, Lazineha, e à memória de Eustácio, que deram o melhor de si na criação de seus três filhos; à minha esposa e companheira, Regina Maria; e a meus filhos, Régis, Felipe e Breno.

AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos que, por dever de gratidão, deveriam ficar aqui registrados. Como a lista é muito extensa e, por isto, haveria o risco de cometer omissões, ficam eles reduzidos aos seguintes:

À minha querida família, especialmente à minha esposa, sempre compreensiva, por todo o apoio dado durante a elaboração deste trabalho, o qual me levou a restringir extensos momentos de convivência.

A meu orientador, prof. Dr. Antônio Carlos Marcato, não só pelas aulas, pela abnegação, pelas informações e ajuda nunca sonegadas, mas também pela oportunidade concedida para minha admissão ao curso de Doutorado da querida Faculdade de Direito do Largo São Francisco, sonho acalantado, sempre adiado por razões profissionais e só agora concretizado. O convívio possível depois que fui acolhido como seu discípulo só fez aumentar a admiração do aluno pelo professor dedicado e de conhecimentos extensíssimos e pela pessoa humana de incontáveis virtudes.

Ao advogado Dr. Argos M. P. Gregório, a quem conheci quando ingressei como professor na extraordinária Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde ele ministrava aulas, que não me deixou esmorecer diante de tantas dificuldades encontradas para ingresso no concorrido curso de Doutorado que agora concluo. A gratidão se estende também à Faculdade de Direito da referida Universidade, na pessoa de seu Diretor, prof. Dr. José Francisco Siqueira Neto, pelo apoio incondicional dado, que permitiu a elaboração deste trabalho.

FRIAS, Jorge Eustácio da Silva. *Ensaio sobre a sentença e sua interpretação*. 2015. 356 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RESUMO

Este trabalho trata da interpretação da sentença civil, aqui entendida como pronunciamento jurisdicional – de órgão não penal de primeiro ou de grau superior, definitivo ou ainda sujeito a recursos –, que deve oferecer solução adequada para uma demanda submetida a julgamento. Para preparar a discussão sobre esse tema central, são desenvolvidos diversos pontos envolvendo a sentença, cujos elementos estruturais devem ser bem identificados e compreendidos, a fim de poder sustentar afirmações a serem depois desenvolvidas. Da mesma forma, diversos outros temas relacionados a tal provimento judicial são tratados, com vistas a desenvolver a tese, que pretende demonstrar que, como ato discursivo, as regras sobre interpretação de textos aplicam-se à sentença e, como ato jurídico, os métodos para interpretação da lei e do negócio jurídico são o ponto de partida para a compreensão dela; mas que, como pronunciamento jurisdicional de resposta a uma demanda, como ato destinado a eliminar um conflito de interesses com apoio no Direito vigente, a sentença apresenta particularidades, cuja interpretação deve seguir caminhos próprios. A identificação da natureza jurídica e da função da sentença, especialmente aquela do processo de conhecimento – como ato processual resolutivo de disputa, destinado a restabelecer a paz social abalada pelo conflito apresentado ao Poder Judiciário, que, a um certo momento, deve ficar imune a rediscussão, sem o que haveria insegurança jurídica – é pressuposto para a construção de métodos próprios de interpretação de tal pronunciamento jurisdicional. A tese considera que a preocupação interpretativa pode variar, conforme a sentença possa ainda ser aperfeiçoada ou já não mais se submeta a recursos, justificando o exame particular dessas duas situações. Sob outro aspecto, conquanto os requisitos para a elaboração da sentença sejam os mesmos que os para confecção de acórdão, a forma de realização de um julgamento por órgão monocrático é diversa daquela desenvolvida por órgão colegiado, exigindo o enfrentamento de particularidades a se terem em conta quando da interpretação de cada um desses pronunciamentos jurisdicionais. Depois de haverem sido oferecidos meios para interpretação da sentença (sempre naquele sentido amplo), destinados a que o seu intérprete disponha de elementos teóricos de sustentação para sua tarefa – revelando-se, pois, como zetético o método de pesquisa aqui desenvolvido –, a tese apresenta julgados, que são analisados à vista das propostas interpretativas nela desenvolvidas. O trabalho termina com uma conclusão, em que são resumidos os pontos mais salientes desenvolvidos ao longo dele.

Palavras chave: sentença – acórdão – interpretação – interpretação dos pronunciamentos judiciais.

FRIAS, Jorge Eustácio da Silva. *Essay on sentences and their interpretation*. 2015. 356 f. PhD Thesis, Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

ABSTRACT

This paper deals with the interpretation of the civil judgment, here it means a jurisdictional statement, from a non criminal court, in a trial or higher court - which is the final decision or which is subject to appeal, which needs to offer adequate solution to a demand on trial. In order to open up the discussion on this central theme, we developed several points involving the sentence whose structural elements should be well identified and understood, in order to substantiate claims that will be investigated later.

Likewise, many other topics related to Court decisions, are considered in order to develop a thesis, which aims to demonstrate that the rules of text interpretation can be applied to sentences and, as a legal act, the methods for interpreting the law and the legal business are the starting point for understanding them; even more than a judicial statement to response to a demand, it is an act intended to eliminate a conflict of interest with its support coming from current legislation, the sentence has peculiarities, whose interpretation must follow its own paths. The identification of the legal nature and function of the sentence, especially that of knowledge – as a resolute act of procedural dispute, designed to restore social peace shattered by conflict presented to the judiciary bodies, which, at a certain point, should be immune to re discussion, without which there would be legal uncertainty – it is a prerequisite for the construction of proper methods of interpreting such court decisions. The thesis considers the interpretive concern may vary as long as the sentence can still be improved or if it can no longer use resources to appeal, justifying the particular examination of these two situations. On the other hand, while the requirements for the preparation of a sentence are the same as for making judgment, the embodiment of a trial by a tyrannical body is different from that developed by a collective body, requiring coping characteristics to take into account when interpreting each judicial decision. After the means to interpret the sentence having been provided (always in that broad sense), for the interpreter to have theoretical support for his task being zetetic, the research method developed here - the thesis presents judgments, which are analyzed in view of the interpretive proposals here developed. The paper ends with a conclusion that summarizes the main points developed along it.

Keywords: sentence - judgment - interpretation - interpretation of judicial decisions.

FRIAS, Jorge Eustácio da Silva. *Essai sur la sentence et son interprétation*. 2015. 356 f. Thèse (Doctorat). Faculté de Droit de l'Université de São Paulo, 2015.

RESUMÉ

Ce travail a pour but d'étudier l'interprétation de la sentence civile, dans le sens de prononcement juridictionnel – d'organe non pénal de première instance ou supérieure, définitif ou encore passible d'appels -, devant offrir une solution adéquate à une demande soumise à jugement. Pour préparer la discussion sur ce thème central, plusieurs aspects concernant la sentence sont développés; ses éléments structuraux doivent être bien identifiés et compris pour que des affirmations soient soutenues et ensuite développées. D'autres thèmes ayant des rapports avec ce Pourvoi Judiciaire sont également abordés dans le but de développer la thèse qui cherche à montrer que, en tant qu'acte discursif, les règles sur l'interprétation de textes s'appliquent à la sentence et, en tant qu'acte juridique, les méthodes pour l'interprétation de la loi et de l'affaire juridique sont le point de départ pour sa compréhension; néanmoins, en tant que prononcement juridictionnel de réponse à une demande, en tant qu'acte destiné à éliminer un conflit d'intérêts basé sur le Droit en vigueur, la sentence présente des particularités, son interprétation doit donc suivre des chemins qui lui sont propres. L'identification de la nature juridique et de la fonction de la sentence, en particulier celle du procédé de définition du droit – en tant qu'acte réglant la dispute, destiné à rétablir la paix sociale troublée par le conflit présenté au Pouvoir Judiciaire qui, à un moment donné, doit être exempt de nouvelle discussion, sans quoi il y aurait de l'insécurité juridique – est un présupposé pour la construction de méthodes adéquates d'interprétation du prononcement juridictionnel. La thèse considère que le souci interprétatif peut varier, cela dépend si la sentence est encore passible de perfectionnement ou s'il ne reste plus de recours, justifiant ainsi l'examen particulier de ces deux situations. D'autre part, bien que les exigences pour l'élaboration de la sentence soient les mêmes que celles pour l'élaboration de l'arrêt, la manière de procéder à un jugement par un organe monocratique est différente de celle développée par un organe collégial, exigeant l'affrontement de particularités devant être considérées lors de l'interprétation de chacun de ces prononcements juridictionnels. Après avoir proposé des moyens pour l'interprétation de la sentence (toujours dans le sens plus large), permettant que son interprète dispose d'éléments théoriques de base pour sa tâche – la méthode de recherche développée est donc zététique-, la thèse présente des jugements analysés à partir des propositions interprétatives qu'elle développe. La conclusion résume les points essentiels développés tout au long de la thèse.

Mots-clés: sentence – arrêt – interprétation – interprétation des prononcement judiciaires.

FRIAS, Jorge Eustácio da Silva. *Saggio sulla sentenza e la sua interpretazione*. 2015. 356 f. Tesi (Dottorato). Facoltà di Diritto dell'Università di São Paulo, 2015.

SINTESI

Questo lavoro tratta dell'interpretazione della sentenza civile, qui intesa come pronunzia giurisdizionale – di un organo non penale di primo grado o superiore, definitiva o ancora soggetta ad impugnazioni –, che deve offrire una soluzione adeguata ad una domanda sottoposta a giudizio. Per preparare la discussione su questo tema centrale, vengono svolti diversi punti riguardanti la sentenza, i cui elementi strutturali devono essere ben identificati e compresi, al fine di potere suffragare le affermazioni che saranno poi sviluppate. In tal modo, diversi altri temi, pure correlati al provvedimento giudiziale in oggetto, vengono trattati, al fine di sviluppare la tesi che vuol dimostrare che, essendo esso un atto discorsivo, le regole sull'interpretazione di testi si applicano alla sentenza e, in quanto atto giuridico, i metodi che governano l'interpretazione della legge e del negozio giuridico sono il punto di partenza per la comprensione di essa; ma che, in quanto pronunzia giurisdizionale di risposta ad una domanda, come atto rivolto ad eliminare un conflitto di interessi con il sostegno del Diritto vigente, la sentenza presenta peculiarità, la cui interpretazione deve seguire percorsi propri. L'identificazione della natura giuridica e della funzione della sentenza, specialmente quella del processo dichiarativo – come atto processuale risolutivo della lite, destinato a ripristinare la pace sociale offesa dal conflitto presentato al Potere Giudiziario, che, ad un certo punto, deve rimanere immune al riesame, affinché non vi sia insicurezza giuridica – è presupposto per la costruzione di metodi propri di interpretazione di tale pronunzia giurisdizionale. La tesi considera che la preoccupazione interpretativa può variare, a seconda che la sentenza possa essere ancora rivista oppure che non sia più soggetta ad impugnazioni, giustificando l'esame specifico di queste due situazioni. Sotto un altro aspetto, malgrado i requisiti per l'elaborazione della sentenza di primo grado siano gli stessi che per la formazione della sentenza d'appello, purtuttavia la formazione di un giudizio da parte di un organo monocratico è diversa da quella di un organo collegiale, comportando l'esame di particolarità che devono essere tenute in conto nell'interpretazione di ciascuna di queste pronunzie giurisdizionali. Dopo aver offerto mezzi per l'interpretazione della sentenza (sempre in quel senso ampio), destinati a far sì che l'interprete disponga di elementi teorici di sostegno per il suo compito – rivelandosi, così, come zetetico il metodo di ricerca qui sviluppato – la tesi presenta giudicati, che sono analizzati sotto il punto di vista delle proposte interpretative in essa sviluppate. Il lavoro termina con una conclusione, nella quale sono riassunti i punti più salienti svolti lungo il suo percorso.

Parole chiave: sentenza – sentenza d'appello – interpretazione – interpretazione delle decisioni giudiziarie.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I. INTERPRETAÇÃO EM GERAL	20
I.1. Interpretação dos atos da natureza	20
I.2. Interpretação do comportamento humano não consciente	21
I.3. Interpretação do inconsciente humano	21
II. INTERPRETAÇÃO DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO	22
II.1. Gestos	22
II.2. Signos	23
II.3. As artes como forma de expressão	23
II.4. Palavra	24
II.4.1. Expressão oral	26
II.4.2. Expressão escrita	30
III. INTERPRETAÇÃO JURÍDICA	48
III.1. Interpretação da lei	53
III.2. Interpretação do negócio jurídico	80
III.3. Interpretação no processo judicial	86
IV. INTERPRETAÇÃO DA SENTENÇA	95
IV.1. Generalidades sobre o provimento judicial	95
IV.1.1. Visão introdutória	95
IV.1.2. Requisitos da sentença	102
IV.1.3. Defeitos da sentença	118
IV.1.4. Limites da sentença	126
IV.1.5. Natureza jurídica e função da sentença	132
IV.1.6. Princípios aplicáveis à sentença	140
IV.2. Sentença sujeita a recurso	144
IV.2.1. Decisão interlocutória alterável	148
IV.2.2. Decisão interlocutória estabilizada	154
IV.2.3. Iniciativa interpretativa pelo juiz e conclusão	163
IV.2.4. Recurso contra decisão interpretativa de título executivo	165
IV.3. Sentença definitiva e transitada em julgado	167
IV.3.1. Prolegômenos	167
IV.3.1.1. Diferentes finalidades para a interpretação da sentença	168
IV.3.1.2. A interpretação da sentença dentro da interpretação jurídica	172
IV.3.2. Métodos interpretativos da sentença	175
IV.3.2.1. O dispositivo e o texto da sentença como ponto de partida	176
IV.3.2.2. A motivação como subsídio da interpretação	195

IV.3.2.3. O relatório como elemento para compreensão do dispositivo	207
IV.3.2.4. O pedido do demandante como elemento de apoio à compreensão	209
IV.3.2.5. As alegações das partes como suporte para interpretação da sentença	217
IV.3.2.6. A lei incidente à espécie como auxílio interpretativo	220
IV.3.2.7. O exame de outros elementos do processo e interpretação	221
IV.3.2.8. A sentença que, à evidência, pretende contrariar a lei e segue ambígua	222
IV.3.2.9. A razoabilidade como critério interpretativo	224
IV.3.2.10. Ordem de preferência dos elementos auxiliares à interpretação	228
IV.3.2.11. Interpretação, na fase executiva, da sentença que envolve obrigação de fazer	230
IV.3.2.12. Interpretação corretiva da sentença	238
IV.4. Particularidades na interpretação do acórdão	239
IV.5. Interpretação do precedente	255
IV.6. Instrumentos judiciais com finalidade interpretativa da sentença	271
IV.6.1. Recursos	272
IV.6.1.1. Embargos declaratórios	272
IV.6.1.2. Outros recursos	275
IV.6.2. Correção da sentença sem recurso	275
IV.6.3. Interpretação para a execução	276
IV.6.3.1. Fase preparatória da execução	278
IV.6.3.2. Defesas do executado no prazo regular para oposição à execução	280
IV.6.3.3. Defesas do executado após o prazo regular para oposição à execução	280
IV.6.4. Execução por iniciativa do devedor	282
IV.6.5. Necessidade de interpretação de sentença não sujeita a execução	283
IV.6.6. <i>Querela nullitatis</i>	284
IV.6.7. Reclamação	285
IV.6.8. Ação autônoma interpretativa	288
V. CASOS	290
CONCLUSÃO	336
REFERÊNCIAS	343